

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA/MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024. A Prefeitura Municipal de Penalva/MA torna público que realizará no dia 30/10/2024, às 09:00h (horário de Brasília), o Pregão Eletrônico nº 32/2024, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de material de expediente. O edital encontra-se a disposição no endereço eletrônico: <https://portaldecompras.penalva.ma.gov.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo e-mail: licitacao.penalva@gmail.com. Penalva/MA, 14 de outubro de 2024. Nilziran Nunes Pinto-Pregoeira.

PREFEITURA DE AFONSO CUNHA - MA
AVISO DE ADIAMENTO

O Município de Afonso Cunha - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 14.133/21, que a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024 do tipo menor preço global, tendo por objeto CONSTRUÇÃO DE MUROS E QUADRAS POLIESPORTIVAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE AFONSO CUNHA/MA que se realizaria às 10h00min (dez horas) do dia 17 de outubro de 2024, FICA ADIADA para o dia 30 de outubro de 2024 às 10h00min (dez horas). A presente licitação será realizada através da plataforma <https://www.licitaafonsocunha.com.br>. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min para consulta grátis, a Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça da Comunidade, nº 56, Centro, Afonso Cunha - MA, CEP: 65.505.000, ou por consulta no site <https://www.afonsocunha.ma.gov.br/> e www.tce.ma.gov.br, demais informações na CPL ou por e-mail cpl-afonsocunha@hotmail.com. Afonso Cunha/MA, 16 de outubro de 2024.FRANCISCO ALVES DE MENESES. Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA
AVISO DE LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DISPOSTA NA LEI MUNICIPAL Nº538/2024 (CAMPANHA COMPRA LOCAL PREMIADA), COMPOSTA DE UM VEÍCULO ZERO KM, UMA MOTO ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ. A sessão será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal, pelo endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sendo conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) desta Prefeitura Municipal, com data de abertura agendada para o dia 30 de outubro de 2024 às 08h00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona o Departamento de Licitação, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:59 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.santaluziadoparuá.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Santa Luzia do Paruá - MA, 15 de outubro de 2024. Flávio José Padilha de Almeida – Secretário Municipal de Planejamento, Administração, Finanças, Receitas e Patrimônio Público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE – MA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 14/2024

A Prefeitura Municipal de Vitorino Freire – MA, localizada na Av. Wilson Branco, s/n, Centro, CEP: 65320-000 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 14/2024, no dia 05/11/2024 às 10h, horário de Brasília, objetivando “Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de pavimentação asfáltica para atender às necessidades de manutenção do município de Vitorino Freire/MA” conforme especificações descritas no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar que acompanham o Edital. O Edital pode ser consultado na Comissão Permanente de Licitação-CPL, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, nos horários das 08:00 às 12:00h. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: <http://vitorinofreire.ma.gov.br/servico/transparencia/>, na aba “acesso à informação”/” atos e publicações” ou no portal de compras do Município www.licitacaovitorinofreire.com.br. Informações pelo e-mail: licitacaovitorinofreire@gmail.com.

Vitorino Freire (MA), 15 de outubro de 2024.
VANDERLEY VIEIRA SOARES
Agente de Contratação

PREFEITURA DE JUNCO DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2024 – SEMAD

O município de Junco do Maranhão através da Secretaria Municipal de Administração torna público aos interessados que realizará, termos da Lei Federal nº 14.133, Art. 75, inciso II, de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais, Licitação Pública na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, no sítio <https://licitanet.com.br/>, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando contratações de empresas especializada para a prestação de serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva (oficina especializada), destinados a frota de veículos e máquinas pesadas para atender o município de Junco do Maranhão, conforme este edital e seus anexos. Data de Abertura: 23 de outubro de 2024; horário: às 09h00min (nova horas). O Edital e seus anexos poderão ser consultados na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Junco do Maranhão, disponível em <http://www.juncodomaranhao.ma.gov.br>, Portal de Controle Social (SINC-CONTRATA), Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no <https://licitanet.com.br/>. Informações adicionais pelo e-mail: juncolicitacao@gmail.com. Junco do Maranhão – MA, 15 de outubro de 2024. Francisco Junior Meideiros. Secretário Municipal de Administração.

Lula resiste a proposta de revisão de gastos preocupado com impactos políticos

Apesar da sinalização do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a necessidade de uma agenda de revisão de gastos, o presidente Lula não está convencido da adoção dessas medidas, conforme afirmaram fontes da equipe econômica e da ala política à Exame. O principal fator que pesa na decisão de Lula é o impacto político que mudanças nas regras de concessão de benefícios sociais, previdenciários e trabalhistas poderiam ter sobre sua popularidade, especialmente no Norte e Nordeste, regiões onde concentra grande parte de seu eleitorado.

Essas áreas abrigam muitos dos beneficiários dos programas sociais e de amparo ao trabalhador, como o abono salarial, o seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que estão entre as despesas mais significativas do orçamento público. A equipe econômica, liderada por Haddad, considera ajustes nesses programas e até o fim da indexação dos benefícios previdenciários e trabalhistas ao salário mínimo. No entanto, tais mudanças enfrentam forte resistência na ala política do governo. Para Lula, reduzir despesas sociais seria um “suicídio político”, segundo um



O presidente Lula demonstra estar preocupado com o impacto político oriundo de mudanças na concessão de benefícios sociais, previdenciários e trabalhistas

integrante da ala política. Ele teme que qualquer revisão dos benefícios sociais, principalmente em áreas de grande dependência dos programas do governo, possa comprometer seus planos de reeleição em 2026. Além disso, a proposta de Haddad enfrenta resistência entre parlamentares petistas e de esquerda, incluindo a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que já expressou críticas às mudanças defendidas pela equipe econômica. Mesmo entre parlamentares de outros partidos com base política no Norte e Nordeste, há relutância em apoiar um pacote que envolva a revisão dos benefícios sociais. Para

esse grupo, focar em reduzir benefícios fiscais concedidos às empresas, tributar lucros e dividendos, e revisar a desoneração da folha seria uma estratégia mais viável para aliviar a pressão sobre o orçamento público, sem afetar diretamente os programas sociais. Há também a interpretação entre alguns assessores de Lula de que a postura de Haddad em relação à revisão de gastos seria uma forma de se posicionar para o mercado, mostrando-se mais alinhado com a disciplina fiscal em comparação a outros membros do governo. Isso poderia abrir caminho para que Haddad se torne um candidato viável à

presidência em 2026, caso Lula decida não disputar a reeleição. No entanto, a possibilidade de Lula não concorrer em 2026 ainda é amplamente descartada por seus auxiliares. O presidente tem demonstrado insatisfação com os resultados do governo até agora, especialmente com o desempenho dos ex-governadores que lideram ministérios estratégicos, cuja experiência nos estados deveria, em teoria, facilitar a gestão das políticas públicas. Além disso, o resultado das eleições municipais, que favoreceu partidos de centro e direita, como o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, gerou preocupações no PT sobre o futuro político de Lula. A ascensão desses partidos pode dificultar tanto sua reeleição quanto a governabilidade em um possível segundo mandato, aumentando a influência dessas agremiações no Congresso. A decisão de Lula de não se envolver ativamente nas campanhas municipais também gerou um mal-estar entre candidatos, presidentes de partidos aliados e até dentro do próprio PT, complicando ainda mais o cenário político para 2026. (COM INFORMAÇÕES DA EXAME E DO BOLETIM NACIONAL)

Haddad mira crescimento econômico acima de 2,5%

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o Brasil pode e deve buscar uma taxa de crescimento econômico semelhante à média mundial. Durante evento promovido pelo Itaú Unibanco, Haddad destacou que há um conjunto de projetos de investimentos represados, com altas taxas de retorno, além de um interesse internacional nas vantagens competitivas do Brasil, especialmente no setor

energético. “Não há motivo para não mirar uma taxa de crescimento no mínimo igual à média mundial. O Brasil pode, com uma agenda propositiva, atingir uma taxa de crescimento acima de 2,5% sem riscos significativos de desequilíbrios”, garantiu. O ministro abordou as preocupações sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal, um tema que tem gerado

incertezas no mercado. Haddad destacou a importância de ajustes institucionais, como a maior sensibilidade do Judiciário às consequências econômicas de suas decisões e a ampliação da abrangência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o Legislativo. Além disso, mencionou a necessidade de integrar a dinâmica das emendas parlamentares ao arcabouço fiscal.

Haddad reconheceu que as dúvidas do mercado são justificáveis, mas garantiu que o governo está trabalhando para resolver essas questões. Ele destacou que, “mesmo enfrentando crises como a seca prolongada e enchentes no Rio Grande do Sul, o Brasil ainda debate se a inflação terminará 2024 dentro da meta, o que sinaliza uma recuperação econômica resiliente”.

Oportunidades com a transformação ecológica

O ministro Fernando Haddad também ressaltou o potencial de crescimento do Brasil com a implementação de um plano de transformação ecológica, especialmente em meio às mudanças climáticas. Para Haddad, a matriz energética do país oferece uma vantagem competitiva, mas o Brasil ainda está aproveitando pouco essas oportunidades. “O plano de transformação ecológica, aliado às reformas em andamento, é uma cereja do bolo que pode impulsionar nosso PIB potencial”, afirmou. Comentando sobre a elevação da nota de crédito do Brasil pela Moody’s, Haddad afirmou que a melhora é coerente com a situação atual da economia e que o país está próximo de reunir as condições

necessárias para crescer de forma sustentável. Ele enfatizou que a defesa do arcabouço fiscal é fundamental para alcançar o grau de investimento. Quanto à proposta de reforma do Imposto de Renda, Haddad afirmou que ela pode não ser apresentada ainda este ano devido ao calendário apertado e à prioridade dada ao programa de revisão de gastos do Ministério do Planejamento e da Fazenda. O ministro reiterou que a reforma deverá ser neutra em termos de arrecadação e que a Receita Federal está conduzindo um levantamento detalhado sobre as deduções e a calibragem da taxação de dividendos. Em meio a esse cenário, o vice-presidente Geraldo Alckmin, em entrevista ao Roda

Viva, defendeu que, se necessário, o governo deve realizar cortes no orçamento, desde que sejam explicados de forma clara à população. Haddad reforçou que o governo busca conter os gastos primários e aumentar as receitas, equilibrando as contas públicas. Segundo o ministro, a meta é reduzir a despesa pública para abaixo de 19% do PIB e aumentar a receita, atualmente em 17%. Para ele, o crescimento econômico será essencial para alcançar esse equilíbrio. “Temos espaço para conter o gasto primário e reduzir o gasto financeiro, mas isso só será possível com o crescimento econômico”, frisou Haddad. (BOLETIM NACIONAL)

Comissão da Câmara aprova projeto de valorização das artesãs brasileiras

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que altera legislações que fazem menção apenas aos artesãos, a fim de citar expressamente também as artesãs e valorizá-las. A proposição também prevê a oferta pelo poder público de assistência técnica às mulheres artesãs e de estímulos à comercialização de seus produtos. O texto aprovado é um

substitutivo apresentado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) ao Projeto de Lei 3549/20, do deputado José Guimarães (PT-CE). Originalmente, a proposta, de 2020, criava um auxílio emergencial para socorrer especialmente as artesãs durante a pandemia de Covid-19, entre outras medidas. Em razão do encerramento da pandemia ainda em 2023, Erika apresentou um novo texto para reconhecer a importância das mulheres no

artesanato brasileiro. “Elas representam a maioria dos 8,5 milhões dos trabalhadores do setor”, destacou a relatora. O texto substitutivo altera a Lei 12.634/12, que institui o dia nacional do artesanato (19 de março), e a Lei 13.180/15, que trata da profissão de artesão. Além de incluir expressamente o termo “artesãs” nas normas, o substitutivo inclui, entre as diretrizes básicas do artesanato, a preservação e a perpetuação da identidade e da cultura nacionais. E ainda

a obrigação de dar atenção especial para as mulheres artesãs, na previsão de destinação de linha de crédito especial para o financiamento da atividade. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a medida precisa ser aprovada por deputados e senadores. (AGÊNCIA CÂMARA)